



A Sé de Lisboa na cidade e em Portugal na Segunda Metade do século XII

Willian Funke*

O texto que segue é um resultado de pesquisa realizada ao longo da graduação e que culminou na escrita da monografia (FUNKE, 2015), na qual se busca entender o lugar ocupado pela Sé de Lisboa na cidade e em Portugal no período que se segue à conquista daquele território aos muçulmanos e restauração da diocese, ocorridos em 1147, e vai até o fim do segundo reinado, em 1211, que se aproxima do término do terceiro episcopado da diocese restaurada. Para se atingir esse objetivo foram analisados diversos aspectos da sede do bispado de Lisboa, como o estilo da construção, o papel desempenhado na cidade em reorganização, as relações com outras instituições eclesiásticas e os reis de Portugal.

É possível dizer que o questionamento norteador do trabalho foi provocado por um incômodo com uma parte da bibliografia sobre a Sé de Lisboa, que a considera central para o entendimento da história portuguesa desde que a cidade foi conquistada e o primeiro bispo, Gilberto de Hastings, consagrado. Elísio Summavielle, historiador da arte português, descreve a igreja como:

Monumento vivo, porque nele os homens sempre deixaram reflexo, a Sé de Lisboa está associada, desde o lançamento de suas primeiras fundações, a um vasto complexo histórico-cultural cujo evoluir transparece nas suas componentes arquitectónicas, artísticas e vivenciais, ao que decerto não será estranho o facto de se tratar da igreja-mãe da cidade de Lisboa, eixo fundamental no processo histórico da nação portuguesa. (SUMMAVIELLE, 1986: 5)

Tendo em vista esse posicionamento, tentou-se evidenciar qual a posição dessa Sé específica em relação a outros atores e grupos da sociedade do período na cidade de Lisboa e no reino de Portugal.

A Cristandade Latina no século XII vivia um período de expansão, o qual pode remontar aos anos em torno da virada do milênio. Houve uma relativa pacificação no interior desses territórios, um incremento na produção de alimentos, e a expansão em direção à outras regiões, como o norte e o leste do continente europeu (LE GOFF, 1983: 87-140). Uma das marcas desse período de crescimento foi o estilo Românico e a proliferação de igrejas seguindo esse padrão construtivo, a partir da Borgonha com o importante impulso de Cluny (RAMALLO, 1992).

* Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Bolsista do CNPq. No período de realização da pesquisa em questão foi bolsista PET SESu/MEC e ARI-UFPR. E-mail para contato: wfunke@yahoo.com.br



Na Península Ibérica no século XI se verificou um aumento populacional considerável, perceptível pela criação de novas paróquias e vilas. A produção agrícola também cresceu, provavelmente incrementada por inovações tecnológicas, algumas delas talvez baseadas em conhecimentos dos muçulmanos que ocupavam o sul do território. Estes por sua vez passavam por sérias dificuldades políticas, como visto no capítulo precedente, o que possibilitou o avanço dos reinos cristãos e o afluxo de ouro islâmico para o norte da fronteira, seja pelos espólios de guerra ou pelo pagamento de tributos para que ela não ocorresse. Essa corrente monetária em direção ao norte contribuiu ainda mais para o desenvolvimento percebido no período (MATTOSO, 1997: 479-482).

Nesse contexto de expansão se verificam dois movimentos militares, as Cruzadas, em direção ao Oriente, e a Reconquista da Península Ibérica. E a Conquista de Lisboa se insere numa intersecção desses dois movimentos. Afonso Henriques – ciente da situação delicada pela qual passavam os seus vizinhos do sul – começou a planejar a ação que terminaria por fazer o seu território avançar, assim como tinha ocorrido com o de Castela, até a linha do Tejo (MATTOSO, 2011: 231-247). É possível que tenha contado com o auxílio de São Bernardo na preparação dessa investida. Bernardo era abade de Claraval, abadia central da ordem monástica de Cister. Foi um dos homens mais influentes do Século XII e um dos principais animadores da segunda cruzada (BRANCO, 2001: 9-39). Esta cruzada foi justificada pela perda de Edessa, na região da Palestina. Integraram o esforço combatentes franceses e germânicos, que rumaram para o Oriente por terra, e ingleses, frísios, normandos e flamengos, que faziam a viagem por mar (RUNCIMAN, 2002: 215-228). Os cruzados auxiliaram os portugueses e Lisboa acabou derrotada no final de outubro de 1147 (A CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS, 2001: 139-141).



Imagem 1 – Escavações no Claustro da Sé de Lisboa. Lisboa/Portugal. (02/2014). Acervo do autor. Os pontos indicados com flechas são identificados por placas informativas das escavações como “partes de edifício público islâmico pintado a vermelho e branco” e “estrutura abobadada islâmica”.

A partir da conquista de 1147, Lisboa não deixaria de ser portuguesa. Para marcar a conquista e purificar a cidade dos combates e das atrocidades cometidas pelos saqueadores realizou-se uma celebração religiosa, presidida pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar e assistida por seus bispos sufragâneos, do Porto, de Coimbra, de Lamego e de Viseu. Teria ocorrido nessa cerimônia a purificação da Mesquita principal de Lisboa, a qual daria lugar à Catedral (A CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS, 2001: 143). Aqui cabe o esclarecimento de que a identificação do lugar onde hoje se encontra a Sé com o da antiga Mesquita não é plenamente possível (FERNANDES, 2002: 61-62). Os testemunhos cristãos e algumas descobertas arqueológicas nos levam a crer que o local escolhido para receber a Catedral era o mesmo que abrigava a Mesquita. Isso faria bastante sentido levando em conta uma estratégia para afirmação de uma nova estrutura de poder, sobreposta à anterior. Trocar o templo islâmico por um cristão seria também um dos signos da mudança de domínio na cidade.

Outro elemento que favorece a ideia de que o local hoje ocupado pelo templo cristão o tenha sido pelo islâmico é a sua posição privilegiada, estando a meio caminho entre o castelo e o porto, centros administrativo e comercial (FERNANDES, 2002: 61-62). Além disso, essa localização permite que a Catedral, e anteriormente a Mesquita, seja vista de



diversos pontos da cidade e mesmo de fora dela. Acreditamos que essa visualização seja importante na demarcação do território conquistado como cristão.

Sobre o estilo empregado na construção, a Sé de Lisboa foi construída em um Românico bastante desenvolvido, o que é um indício dos contatos de Portugal com o centro do continente, onde o estilo se desenvolveu e de onde era o mestre responsável pelas obras, Roberto (FUNKE, 2015: 22-26). Tem semelhanças estruturais que podem ser explicadas pelo fato de Mestre Roberto, responsável pela Sé de Lisboa, ter ido a Coimbra, pelo menos quatro vezes, para ajudar a resolver alguns problemas, tendo provavelmente um papel importante no resultado da sede do bispado coimbrão (MACEDO, 1996: 712-715). É necessário lembrar que nesse momento ainda se consolidava a autonomia do reino, para o que contribui a afirmação de uma identidade, que além de contrapontos – seja aos muçulmanos ou aos leoneses – precisa de reforços positivos, entre os quais, a unidade de estilo em que se construíram as Catedrais pode participar.



Imagem 2 Fachada Ocidental da Sé de Lisboa. Lisboa/Portugal. (09/2013). Acervo do Autor.

Logo após a conquista de Lisboa, a Diocese foi restaurada e feita a eleição de seu bispo, D. Gilberto de Hastings (1147-1162), que acompanhara a expedição dos cruzados. O



Rei definiu 32 casas, incluídos seus rendimentos, como pertencentes à Sé e seu cabido para que se pudesse organizar a estrutura eclesiástica secular na cidade. Em 1150 os estatutos já definiam quais as partes dos rendimentos de Sé cabiam ao bispo e ao cabido (BRANCO, 2001, 56-64).

Além de sua conformação, outra forma de entender o lugar ocupado pela Sé de Lisboa nas relações da cidade é pela leitura dos conflitos em que ela participou. Começaremos com um que antecedeu a restauração da Diocese, mas que foi marcante para sua inserção no espaço lisboeta. Um dos episódios que o autor do relato da tomada de Lisboa usa para exemplificar o desrespeito aos acordos e a falta de dignidade de seus companheiros colonienses e flamengos é o assassinato do bispo moçárabe da cidade: “Ao bispo da cidade, um ancião de muitos anos, cortam-lhe o pescoço, contra o direito divino e humano.” (A CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS, 2001: 139). Vários autores entendem essa passagem como mais uma das marcas da violência desses soldados ávidos por riquezas e glórias. Mas pode causar estranheza a existência de um bispo na cidade sob controle dos muçulmanos. E por que ele seria “moçárabe”?

Era identificada como moçárabe a prática religiosa peninsular anterior à aplicação das reformas franco-romanas e, por consequência, a comunidade que mantinha essas práticas. Havia moçárabes tanto na parte de domínio nominal muçulmano como cristão. Com costumes que remontam aos visigodos e bastante influenciados pelo islamismo, os moçárabes representavam proporção considerável da população andaluza e viviam, na maior parte do tempo, em paz com os muçulmanos, chegando por vezes a assumirem cargos administrativamente importantes, da mesma forma que os judeus que também viviam no Al-Andaluz (TORRES, 1997: 366-368).

É no lado cristão que essa forma de vivência religiosa começa a ser combatida mais cedo, ainda em fins do século XI. Num primeiro momento reformas eclesiásticas locais, que visavam aumentar a autonomia do clero em relação aos senhores laicos e sua subordinação em relação à hierarquia da Igreja, representaram a tentativa de afastamento dos clérigos das comunidades em que estavam inseridos e consequentemente de práticas ancestrais, por vezes tomadas como heréticas. A reforma monástica cluniacense e, sobretudo, a reforma gregoriana atuaram fortemente na Península contra o culto moçárabe, pela adoção da liturgia romana. Essa transição não foi fácil, mas contou com o apoio dos poderosos, com destaque para Afonso VI de Leão e Castela, que a promoveu, entre outras formas, dando suporte à eleição de bispos de além-Pirineus para sedes episcopais de seu reino. Essas alterações, sobretudo da



forma de culto, não foram recebidas passivamente e geraram uma série de revoltas e uma resistência bastante forte (MATTOSO, 1997: 485-489).

Na região dominada pelo Islã a liberdade de culto dos moçárabes era bem maior, podendo eles manter sua forma de culto sem maiores problemas. Na cidade de Lisboa, antes de 1147, havia uma forte comunidade moçárabe, centrada, conforme Maria João Branco, na igreja de Santa Cruz do Castelo e representada no período da entrada dos cruzados pelo bispo que viria a ser assassinado (BRANCO, 1998: 57). Sobre essa comunidade, relatos sobre a cidade produzidos por um muçulmano e um cristão:

coincidem é na manutenção do rito litúrgico hispânico-visigótico na população moçárabe da cidade, que via nos vizinhos muçulmanos um interlocutor pacífico privilegiado e nos cristãos do norte o fim da sua existência enquanto comunidade religiosa na medida em que substituíram o culto de origem visigótica, por aquela liturgia romana e cluniacense abraçada pelo rei de Leão e Castela em Burgos no ano de 1080 (FERNANDES, 2002:64).

Esse receio em relação aos cristãos do norte tinha fundamentos. Tomada a cidade não há outras menções à comunidade moçárabe lisboeta além da morte de seu bispo. Manuel Luís Real levanta a possibilidade de o assassinato do bispo moçárabe de Lisboa não ser um mero resultado da voracidade dos invasores, mas um ato planejado com o acordo de Afonso Henriques para reduzir a resistência da comunidade de culto hispânico-visigótico ao novo domínio e, resultante desse, à nova liturgia (REAL, 1995: 17-68). Assim, podemos dizer que a primeira disputa em que a Diocese de Lisboa foi envolvida ocorreu antes de sua restauração, imbricada num processo ibérico de disputa pela forma de culto. O resultado possibilitou a recriação de uma estrutura eclesiástica, integrada a restante hierarquia em Portugal, encabeçada por Braga.

Os cristãos que habitavam a cidade não são posteriormente referidos. É provável que alguns tenham morrido defendendo sua casa ao lado dos muçulmanos, outros a deixado também em companhia dos seguidores de Maomé, e outros ainda ficado em Lisboa, integrando-se à liturgia romana, resistindo quando possível e, quem sabe, morando com seus amigos de longa data nos arredores da cidade, na região da Mouraria.

Os conflitos em que a Sé tomou parte em Lisboa, depois de 1147, dizem respeito, sobretudo, à delimitação de fronteiras físicas e jurisdicionais com outros organismos religiosos. Mais longe da cidade, mas em espaços que deveriam ficar sob autoridade do bispo



de Lisboa, se destacam as imunidades concedidas pelo Rei aos cônegos regantes de Santa Cruz de Coimbra, em Leiria, aos templários, em Santarém, e aos cistercienses, em Alcobaça. Em relação aos dois primeiros casos chega a existir uma demonstração que pode ser entendida como insatisfação por parte de Gilberto, o primeiro bispo da cidade. Mas ele acaba por confirmar as ações régias, fazendo questão de delimitar precisamente até onde iam os limites dessas isenções (BRANCO, 1998:63-64 e MATTOSO, 2011: 255-257).

Dificuldades semelhantes para a Sé foram observadas também nos arredores de Lisboa. Trata-se do Mosteiro de São Vicente de Fora e do ermitério doado por Raul à Santa Cruz de Coimbra. Este Raul é por vezes identificado como o autor da carta que narra os acontecimentos da conquista de Lisboa. O documento um tanto vago de doação do ermitério não permite precisar os limites do que foi passado aos cruzados (Doação do Cruzado Raul a Santa Cruz de Coimbra, 2001: 202-205), abrindo assim espaço para contestações tanto daqueles que receberam como do episcopado de Lisboa que tivera mais um território subtraído da sua jurisdição. Essa doação é confirmada pelo rei Afonso Henriques, pelo arcebispo de Braga, João Peculiar, e pelos bispos de Coimbra, Porto, Viseu e Lamego, pelo que o bispo lisboeta dificilmente poderia contestar o fato em si, se não a extensão do que havia sido doado.

As contendas envolvendo o mosteiro de São Vicente de Fora foram mais numerosas e complexas. Num primeiro momento era de se esperar que D. Gilberto, assim como ocorreu com as concessões de imunidade à Santarém e Leiria, não ficasse plenamente satisfeito com uma instituição fora de sua jurisdição colada aos muros de Lisboa. Essa é a leitura que Maria João Branco (1998: 61-62) faz do trecho da *Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa* (2001: 178-197), especialmente o trecho em que o Rei demonstra a D. Gilberto seu desejo de fundar um mosteiro na cidade e permitir que o clérigo opte uma de duas igrejas construídas onde se haviam sepultado os cruzados mortos durante o cerco para manter sob sua jurisdição, com a condição de que a outra fique totalmente imune da autoridade episcopal(190-191)¹. Esse aspecto da imunidade é reforçado no relato, escrito em 1188, pouco depois da confirmação desta pelo Papa, em 1184 (BRANCO, 1998: 61-62).

O motivo apontado na *Notícia da Fundação* para a escolha por parte do Bispo e seu cabido de qual igreja ficaria sob jurisdição episcopal também pode ser considerado um sinal de tensão entre a Catedral e o Mosteiro. O documento produzido em São Vicente de Fora

¹ As igrejas construídas onde se encontravam os cemitérios eram São Vicente a oriente das muralhas e Santa Maria dos Mártires, no arrealde ocidental. Hoje a localização em que se encontrava essa última é desconhecida.



indica que a razão para se escolher a igreja dos Mártires fora a sua maior proximidade com a cidade e o recebimento de maiores doações (NOTÍCIA DA FUNDAÇÃO..., 2001: 190-191). Parece ser uma forma de desqualificar as motivações que levaram os clérigos da Sé a preferirem uma igreja em relação à outra.

Outro elemento bastante interessante envolvendo as duas principais instituições religiosas na Lisboa do período em análise é a disputa pelas relíquias de São Vicente trazidas para a cidade em 1173, já no episcopado de D. Álvaro (1164-1185). No relato presente na Crónica de Portugal de 1419 as relíquias do mártir, trazidas por mar para Lisboa a partir do sul da Península, tendo chegado na cidade foram depositadas na igreja de Santa Justa devendo aguardar o julgamento de D. Afonso Henriques para serem definitivamente colocadas na Sé ou no Mosteiro de São Vicente. Contrariando a indicação, o deão da Sé articulou a mudança das relíquias para a Catedral, o que gerou o protesto dos cônegos de São Vicente, o que parece não ter gerado resultados, uma vez que a Sé continuou abrigando os objetos (CRÓNICA DE PORTUGAL DE 1419, 1998: 64-66).

A ausência do bispo nesse episódio e cartas de proteção emitidas para ele fazem Maria João Branco levantar a hipótese de que o relacionamento de D. Álvaro com o seu cabido não tenha sido tão pacífico como os de seus antecessor e sucessor. Do período do episcopado deste último, D. Soeiro (1185-1211), não há indícios de confrontação com os membros do cabido (BRANCO, 1998).

No quadro mais amplo, é possível posicionar a Sé nas disputas eclesiásticas que ocorriam na Península Ibérica do Período e nas relações de Portugal com outras instituições. As disputas em questão colocaram em confronto os Arcebispos de Braga, Compostela e Toledo. A contenda entre Braga e Toledo ocorreu por conta do título de primazia da Hispania, que não trazia nenhuma vantagem específica, mas garantia ao seu detentor a supremacia em relação aos demais eclesiásticos peninsulares. Toledo conseguiu esse benefício junto à Cúria Romana um ano depois da conquista da cidade em 1085. Os arcebispos de Braga, entretanto, se recusaram sistematicamente a reconhecer a superioridade dos toledanos, até que o título foi esvaziado de importância pelo papado no século XIII. Já o conflito envolvendo bracarenses e compostelanos girava em torno da delimitação da área e dos campos de atuação de cada Sé, ou seja, era de ordem territorial e jurisdicional. Compostela se firmou enquanto importante centro de peregrinação e obteve diversos ganhos durante o episcopado de D. Diego Gelmírez. Podemos lembrar que foi esse bispo que articulou a destruição do centro de peregrinação que se pretendia fazer em Braga. Foi também durante o tempo em que Gelmírez esteve à frente da



Sé de Santiago que essa conseguiu, em 1120, o direito de suceder Mérida, antiga capital da província eclesiástica da Lusitânia e no período sob domínio muçulmano. Isso significava ter como suas sufragâneas, ou dependentes, todas as sedes de bispado ao sul do rio Douro, o que incluía Coimbra e Salamanca (FUNKE, 2015: 59-61).

Essa contenda entre Braga e Compostela será parcialmente resolvida em 1199, quando uma nova divisão realizada por Roma não contempla as divisões territoriais que haviam se consolidado e mantém algumas dioceses portuguesas sob autoridade de Compostela, Lisboa entre elas, e outras leonesas dependentes de Braga. O que mantinha aberta a possibilidade de novas disputas e intervenções da Santa Sé. Um arranjo que se encaixasse nas fronteiras dos reinos só ocorreria depois do cisma do Ocidente, quando cada um dos lados optou por um dos postulantes ao trono de São Pedro (VILAR, 2000: 309-311 e MATTOSO, 2011: 38-43, 68-71, 182-188 e 348-355).

Sobre as relações de Portugal no período pretendemos pontuar aquelas estabelecidas com seus vizinhos imediatos de Leão e com o Papado, fundamentais na consolidação de sua autonomia. Começamos pela reação de Portugal com Leão, unidade da qual se separava. Nos anos que se seguiram à vitória do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, sobre as forças galegas de sua mãe e dos Trava em 1128, Afonso VII de Leão não demonstrou grande preocupação com o desenrolar dos acontecimentos, talvez por estar mais preocupado com revoltas que o detinham em outras fronteiras, ou mesmo por considerar positiva a divisão levada a cabo por seu primo entre a Galiza e Portugal, o que lhe livraria do problema das tentativas de recriação do reino da Galiza, englobando os dois territórios. Em 1135 Afonso VII foi coroado Imperador, posição que seria fortalecida e justificada caso tivesse reis como seus vassallos, por isso teria aceitado sem maiores problemas o uso do título régio por Afonso Henriques. Isso não significa que aceitasse a independência de Portugal, pretendida pelo seu rei. Após a conquista de Lisboa, estando a Sé compostelana envolvida em problemas internos, foi o Imperador de Leão a reclamar ao papado pela restauração da diocese que deveria estar sob jurisdição do episcopado galego. Não se conhece o documento enviado à Roma, apenas a resposta, a qual dá a entender que Afonso VII reclamara ao Papa também pela homenagem vassálica feita por Afonso Henriques ao sumo pontífice, em 1143, do que talvez só tivesse tomado conhecimento posteriormente. Antes disso, em 1137, o rei português e o monarca leonês haviam assinado um acordo, conhecido como Pacto de Tui, do qual hoje se conserva apenas uma parte, o que leva a diversas interpretações. A que parece mais convincente diz que se tratou de um ato de vassalagem de Afonso Henriques a Afonso VII, o qual, entretanto, não



teve maiores implicações práticas sobre a autonomia portuguesa (MATTOSO, 2011: 56-65, 93-96 e 140-146).

Após 1156, com a morte de Afonso VII, ocorre a divisão do Império entre seus dois filhos. Sancho III se torna rei de Castela e Fernando II de Leão, colocando termo ao projeto imperial. Os dois celebram um pacto, em 1158, dividindo as terras que por ventura fossem conquistadas aos muçulmanos e também Portugal. No mesmo ano, porém, falece Sancho III e Fernando II passa a tentar se apoderar do trono que pertencia por direito a seu sobrinho, o futuro Afonso VIII. A ideia de poder se apoderar de Portugal se mostra cada vez menos factível e as disputas entre os dois reinos a partir de então até o fim do reinado de Afonso Henriques e de seu filho Sancho I tomam a forma mais de delimitações fronteiriças do que de tentativa de anexação. Mesmo depois da vitória de Fernando II sobre Afonso Henriques em Badájoz no ano de 1169, na qual o rei português quebrou uma perna e foi preso pelo leonês, não houve tentativa de acabar com a autonomia portuguesa. O resultado da derrota para Portugal foi a perda de territórios anteriormente conquistados (MATTOSO, 2011: 285-292 e 300-305 e 1997: 77-79 e 87-88).

No que diz respeito ao papado, as relações portuguesas foram intensas. Além das questões envolvendo as disputas eclesiásticas, a cúria romana teve importância em outros aspectos no período de afirmação da autonomia de Portugal. Apesar de nos dois primeiros reinados não ter ocorrido confrontação direta, as intervenções pontifícias, através de bulas ou de legados, eram constantes. Os reis, por outro lado, em diversas ocasiões também intervinham em aspectos que eram de competência eclesiástica, mas que julgavam importantes para seus objetivos políticos. Isso gerava conflitos, como o relatado pela lenda do bispo negro de Coimbra, segundo a qual Afonso Henriques recusando o bispo indicado pelo legado papal para a Sé de Coimbra, investiu nela um seu preferido, escolhido entre o clero local, provavelmente simpatizante da liturgia moçárabe. No reinado de Sancho I, a subtração do que era considerado privilégio eclesiástico, como a isenção de tributação e da jurisdição dos tribunais civis, gerou conflito com os bispos do Porto e de Coimbra, que reclamaram o auxílio do Papa (MATTOSO, 2011: 273-277 e VILAR, 2000: 312-313). Neste ponto nossa reflexão se aproxima da levantada nas discussões do Simpósio Temático de que para esse período é bastante difícil separar os poderes em categorias como leigo e eclesiástico.

Outro aspecto importante na relação entre o primeiro rei português e o papado é o processo entre a homenagem vassálica de Afonso Henriques ao Sumo Pontífice e o reconhecimento por parte deste do título régio daquele. Em 1143 Afonso Henriques



aproveitou a estada de um legado pontifício em Portugal para realizar homenagem a Santa Sé, prometendo pagar um censo anual de quatro onças de ouro em troca do reconhecimento e proteção da condição soberana do monarca português. Em 1144, o Papa Lúcio II aceita o censo, mas não a homenagem de Afonso Henriques e, no documento, classifica-o como *dux*. Não era o que o Rei de Portugal esperava, uma vez que via na vassalagem à Roma uma forma de se ver livre dos laços que o prendiam a Afonso VII. A recusa do papado pode ter respondido a uma tentativa de não entrar em atrito com o Imperador de Leão e também a uma visão de que o poder temporal não poderia ser apenas conquistado no campo de batalha ou comprado com ouro. A soberania sobre um território deveria ser oferecida por um poder espiritual a outro secular, não apenas confirmada. Apesar da negativa obtida da Sé Apostólica, Afonso Henriques continuou agindo como soberano nas terras que considerava suas e tratado assim por seus súditos e por outros poderes externos ao seu reino. Depois de trinta e seis anos do pedido, o Papa Alexandre III reconheceu o título de Rei e a soberania de Portugal através da bula *Manifestis Probatum*, de 1179 (VILAR, 2000: 307-311 e MATTOSO, 2011: 207-216).

Além das relações estabelecidas com esses dois poderes, Portugal também interagiu com diversos outros organismos, religiosos ou não. É importante recuperar a adesão à Reforma religiosa, a qual foi promovida em seu território desde antes da divisão dos condados da Galiza e de Portucale. Cabe lembrar também a integração realizada com as Cruzadas que rumavam para o Oriente. Na sequência discutiremos a participação da Sé de Lisboa nesse contexto conturbado que abarcou os três primeiros episcopados dessa diocese e os dois primeiros reinados de Portugal.

A Sé de Lisboa desempenhou uma função importante no período analisado, estando ligada a maioria dos relacionamentos referidos logo acima. A conquista de Lisboa, que permitiu a restauração da Diocese, ocorreu num ponto de contato entre dois movimentos decorrentes da expansão demográfica da Cristandade Latina, as chamadas Cruzadas e Reconquista. Além da interação no período do combate, a nomeação de um inglês, Gilberto de Hastings, como bispo é outro indício de que essa ligação era mais do que uma conjugação de esforços fortuita. Além de auxiliar a impor o culto romano, como visto no capítulo anterior, a escolha do cruzado pode ter sido uma das estratégias usadas por Afonso Henriques para garantir o apoio papal para a sua guerra e sua causa (BRANCO, 1998: 59), além de contribuir na difusão da notícia da conquista, o que interessava tanto aos planos do rei quanto a própria conquista (BRANCO, 2001).



Os bispos de Lisboa, no período em análise, permaneceram ao lado dos monarcas, mesmo quando algumas atitudes não lhes agradavam plenamente, ou os reis estivessem confrontando bispos de outras Sés e legados papais. Um claro exemplo dessa fidelidade ao rei, e também ao Arcebispo de Braga, é a recusa sistemática por parte dos titulares do episcopado lisboeta em prestar fidelidade ao Arcebispo de Compostela, do qual eram dependentes segundo a divisão das dioceses ibéricas realizada pela Santa Sé em 1120. Os bispos de Lisboa usavam de vários subterfúgios, como alegar não ter recursos para ir a Compostela prestar o juramento de fidelidade, e quando não conseguiam evitar, o ato acabava por não ter grandes consequências práticas, continuando eles a obedecer à Braga (BRANCO, 1998: 56-70).

Nas demais relações externas do reino as ações dos prelados de Lisboa parecem também sempre estar em acordo com as intenções dos reis de Portugal. Gilberto de Hastings realizou várias viagens para tratar de assuntos do reino ou do eclesiástico português, sozinho ou acompanhando o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Duas dessas viagens foram para tentar convencer estrangeiros a empreender um novo esforço de conquista na Península Ibérica, uma Cruzada Peninsular. Em 1151 foi à Inglaterra para solicitar o auxílio para a empresa da conquista de Sevilha (BRANCO, 1998: 63). O outro deslocamento carece de confirmação, mas é provável que Gilberto tenha estado também na França, solicitando o auxílio do Rei Luís VII para os combates contra os muçulmanos.

Conjugados esses fatores, concluímos que a Sé de Lisboa teve um importante papel para o reino de Portugal, em parte por se encontrar em uma cidade que se tornou bastante relevante no conjunto do território, mas também pelo apoio e suporte que os bispos desta sede episcopal deram aos dois primeiros reis de Portugal. Cabe ressaltar, porém que essa importância se construiu sempre na relação com outras instituições ou grupos, aos quais por vezes estava subordinada, como no caso do Arcebispado de Braga e dos reis de Portugal.

Referências

Documentos

A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado. NASCIMENTO, Aires A, (ed., trad. e notas). Lisboa: Vega, 2001.

Doação do Cruzado Raul a Santa Cruz de Coimbra. In.: *A conquista de Lisboa aos mouros*. *Op. cit.* p. 220-205.



Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa. In.: A conquista de Lisboa aos mouros. Op. cit. p. 178-201.

Crónica de Portugal de 1419. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

Estudos

BRANCO, Maria João Violante Introdução: A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. In.: *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado*. Aires A. Nascimento (Tradução e notas). Lisboa: Vega, 2001. p. 9-39.

_____. Reis, Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa durante o primeiro Século da sua Restauração. *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Lisboa, 2ª série, tomo 10, p. 55-94, 1998. p. 56-64.

FERNANDES, Fátima Regina. “Cruzadas na Idade Média”. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 98-129.

FERNANDES, Paulo de Almeida. O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, n. 1, p. 57-87, 2002.

FUNKE, Willian. *Uma Igreja, Uma Cidade, Um reino: a Sé de Lisboa entre a conquista da cidade e o fim do segundo reinado (1147-1211)*. 82 f. Monografia (História – Licenciatura e Bacharelado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

MACEDO, Francisco Pato de. A Cultura, o Ensino e a Arte – 4. Manifestações Artísticas. In: *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Volume III – Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.). Lisboa: Editorial Presença, 1996

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. 2ªed. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

_____. *História de Portugal*, Vol. II, A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

RAMALLO, German. *Saber ver a arte românica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

REAL, Manuel Luís. Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular. In.: *IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispànica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans – Universitat de Barcelona, 1995, pp. 17-68.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas*, Vol. II: o reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1100-1187. Cristiana de Assis Serra (Trad.). Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.



TORRES, Cláudio. O Garb-al-Andaluz. In.: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. I. Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. Monarquia e Igreja: convergências e oposições – De Afonso Henriques a Sancho II: Uma Difícil Delimitação de Poderes (1128-1245). In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azecedo (dir.), Volume I. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.